



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO Nº 03/2014

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 16, de 22 de abril de 2014, expedida pelo Diretor-Geral do TRE-TO, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO (PRESENCIAL)**, tipo **MAIOR OFERTA**, autorizada nos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 0051357-31.2014.6.27.8000, cuja **Sessão Pública para o Recebimento das Propostas ocorrerá no dia 30 de setembro de 2014, às 15:00 horas**, na Sala de Licitações deste Tribunal, situada na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 01/02, em Palmas/TO. A licitação obedecerá às condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, e pelos Decretos nº. 3.555, de 8 de agosto de 2000 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e, ainda, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007.

I - DO OBJETO

1.1. Concessão administrativa de uso de área física para exploração dos serviços de lanchonete nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I), parte integrante deste Edital.

II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

2.2. Não poderão participar desta licitação, empresas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

2.2.1. cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste PREGÃO;

2.2.2. que se encontrem em regime de recuperação judicial ou com falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução, liquidação;

2.2.3. que tenham sido declaradas suspensas de contratar com o TRE-TO;

2.2.4. que estejam atuando na condição de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), conforme Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário;

2.2.5. que estejam reunidas em consórcio de empresas e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.6. estrangeiras que não funcionem no país;

2.2.7. que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.2.8. que tenham em seus quadros empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (art. 3º, Resolução CNJ n.º 07/2005);

2.2.9. que tenham entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

2.3. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. Na data, hora e local designados para sessão, as empresas interessadas deverão apresentar-se, e identificar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro.

3.2. O credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos documentos a seguir enumerados, que deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial:

a) Procuração passada em instrumento público, ou particular com firma reconhecida, com poderes especiais para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome da proponente, conforme modelo Anexo II (Carta de Credenciamento);

b) Estatuto ou Contrato Social e suas alterações devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente;

c) Carteira de Identidade

3.3. No caso de comparecimento de proprietário, sócio-gerente ou dirigente da empresa, deverá apresentar o respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.4. A documentação necessária para o credenciamento deverá ser entregue fora dos envelopes da proposta de preços e dos documentos de habilitação, juntamente com as declarações abaixo:

3.4.1. Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para aquelas que desejarem usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo de declaração constante do **Anexo III** ou Certidão de enquadramento expedida pela Junta Comercial.

3.4.2. Declarações de Cumprimento dos Requisitos da Habilitação, conforme modelo sugerido no **Anexo IV**.

3.5. As informações contidas nas declarações apresentadas terão presunções relativas de veracidade, podendo ser contestadas por qualquer interessado, o qual terá o ônus de comprovar suas alegações.

3.6 O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, abrir diligência para requerer a documentação que entender necessária à comprovação das informações declaradas, tais como:

3.6.1 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;

3.6.2 Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE.

3.7 Não serão admitidos mais de um representante credenciado por empresa, nem um único representante para mais de uma empresa.

IV – DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

4.1. Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: Proposta de Preços e Habilitação.

4.2. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados, em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO N.º 03/ 2014

OBJETO:

LICITANTE: _____

CNPJ:

ENVELOPE Nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO N.º 03/ 2014

OBJETO:

LICITANTE: _____
CNPJ: _____
ENVELOPE Nº 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

4.3. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e documentação para habilitação será pública, dirigida por um pregoeiro e realizada de acordo com o que reza a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.º 3.555/2000, e, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com este Edital e seus anexos, no local e horário já determinados.

4.4. A partir de quinze minutos antes do horário previsto para a reunião, o pregoeiro poderá iniciar o credenciamento dos representantes das licitantes interessados. Ao final do credenciamento, poderá ser elaborada lista com a identificação de todos os credenciados e que, após assinada, será anexada aos autos.

4.5. Encerrado o credenciamento, o pregoeiro declarará aberta a sessão, não sendo admitidos novos proponentes.

4.6. Os proponentes entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços (ENVELOPE N.º 1) e a documentação de habilitação (ENVELOPE N.º 2), momento em que terá início a fase de abertura e classificação das propostas. **É também neste momento que deverá o proponente entregar a declaração de identificação e a intenção de valer-se dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 (microempresas e empresas de pequeno porte).**

4.7. No caso da Sessão do Pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na Sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

4.8. Somente será considerada habilitada a licitante que houver preenchido os requisitos de Habilitação na data da Primeira Sessão e que apresentar, na Sessão de prosseguimento, os documentos atualizados que porventura estejam vencidos.

4.9. No ato de encerramento da sessão, os envelopes de habilitação das licitantes participantes e não vencedores do certame serão devolvidos pelo pregoeiro, devidamente fechados e lacrados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

V – DAS PROPOSTAS (Envelope 1)

5.1. As propostas deverão ser datilografadas ou impressas por qualquer processo eletrônico, em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, devendo estar rubricadas e a última folha assinada por representante legal da empresa, e consignar:

a) número do Pregão, nome ou Razão Social do proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail),

este último se houver, para contato, bem como dados bancários (nome e número do banco, agência e conta corrente para fins de pagamento)

b) Valor MENSAL e ANUAL, expresso em REAL, com duas casas decimais e a **descrição detalhada dos serviços a serem executados**, conforme especificação descrita no Anexo I deste Edital, além de outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante, sob pena de desclassificação;

c) todas e quaisquer despesas relativas ao objeto desta licitação, tais como: tributos, encargos e contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros, selos, emolumentos relativos às licenças e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

d) prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data prevista para a abertura das propostas;

e) Indicação do preposto que ficará encarregado da assinatura do Contrato, endereço, e-mail, números de fax e telefone, CPF, documento de Identidade (RG) e cargo na empresa;

5.2. A oferta deve ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.3. Caso o prazo da proposta não esteja expressamente indicado, fica estabelecido que este será de 60 (sessenta) dias, a contar da sessão de abertura deste pregão.

5.4. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de erro para mais e conseqüente desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

5.5 - A apresentação das propostas implicará a plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

5.6 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, nos termos art. 43, § 6º, da Lei n.º 8.666/93.

VI – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1.1 O critério de julgamento das propostas será o de oferta do MAIOR VALOR DE REMUNERAÇÃO MENSAL pela ocupação da área destinada à prestação de serviços de lanchonete no edifício sede deste Tribunal.

6.1.2. Proceder-se-á à abertura dos envelopes "Proposta de preços" e aos seguintes procedimentos:

- a) rubrica e análise preliminar das propostas em conformidade com o objeto e exigências deste Edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo;
- b) classificação para a fase de lances da proposta de maior valor mensal e daquelas apresentadas com valores sucessivos e inferiores em até 10% (dez por cento) em relação à proposta de maior valor;
- c) classificação de até 03 propostas, quaisquer que sejam os valores ofertados, quando não houver, no mínimo, três propostas válidas nas condições definidas na alínea b.

6.1.3 Existindo discrepância entre os valores unitários e totais, prevalecerão os unitários e, havendo discordância entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor deste último.

6.1.4 **Serão desclassificadas as propostas que:**

- 6.1.4.1 contiverem cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação;
- 6.1.4.2 não atendam às exigências deste Edital;
- 6.1.4.3 ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- 6.1.4.4 contenham preços manifestadamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida e não vierem a comprovar sua exeqüibilidade;
- 6.1.4.5 **tenham valor inferior ao valor mensal estimado por esta Administração, que é de R\$ 200,00 (duzentos reais).**

6.1.5 O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo determinado pelo pregoeiro.

6.1.6 A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

6.2 LANCES VERBAIS

6.2.1 Às licitantes classificadas será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e crescentes, a partir da licitante detentora da proposta de maior preço mensal e às demais, em ordem crescente dos preços ofertados.

6.2.2 A Licitante somente poderá oferecer lance superior ao último por ela ofertado e registrado, mesmo que não seja superior ao detentor do maior lance.

6.2.3 Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal, e não havendo empate, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério do maior valor mensal da proposta, conforme definido no Edital.

6.2.4 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

6.2.5 A licitante que se abster de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, ficará excluída dessa etapa e terá mantido o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

6.2.6 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital e na legislação pertinente.

6.2.7 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de maior valor mensal e o valor estimado para a contratação;

6.3 ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

6.3.1 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro procederá ao julgamento pelo critério de maior valor de remuneração mensal pela ocupação da área destinada à instalação de lanchonete no edifício sede deste Tribunal.

6.3.2 Se a melhor proposta não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por empresa enquadrada nesta categoria, devidamente credenciada, cujo valor seja igual ou até 5 % (cinco por cento) inferior à proposta de maior valor mensal, o pregoeiro concederá o direito de preferência à microempresa ou empresa de pequeno porte, adotando o seguinte procedimento:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada pelo pregoeiro para apresentar nova proposta com preço superior ao de maior valor ofertado na fase de lances, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão;

b) Caso aceite, a microempresa ou empresa de pequeno porte terá a sua proposta classificada em primeiro lugar;

c) Não aceitando a convocação na alínea a, o pregoeiro convocará as empresas remanescentes, enquadradas na mesma condição do item 6.3.2, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

d) Caso todas as microempresas e empresas de pequeno porte, que estejam dentro do limite, não exerçam o direito de preferência, será classificada em primeiro lugar a empresa que apresentou originalmente a proposta de maior valor mensal.

e) Se duas ou mais microempresas ou empresas de pequeno porte apresentarem propostas com valores iguais, o desempate será mediante sorteio.

6.3.3 Em seguida, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao atendimento dos requisitos e especificações constantes no Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito e verificará a habilitação da licitante conforme as disposições do Edital.

6.3.4 A licitante terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação da proposta readequada de preços.

6.3.5 A proposta readequada não poderá, em hipótese alguma, ter valor inferior ao último lance ofertado pela empresa.

6.3.6 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

6.3.7 Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências do ato convocatório, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

6.3.8 Nas situações previstas nos subitens 6.2.7, 6.3.3 e 6.3.7, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

6.3.9 Em caso de divergência entre informações contidas em documentos anexos à proposta e o descrito nesta, prevalecerá o conteúdo da proposta.

VII – DA HABILITAÇÃO (Envelope 2)

7.1. Para habilitação ao certame será exigida a entrega do envelope "2", contendo os documentos a seguir relacionados:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) prova de regularidade para com a Seguridade Social: Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) expedida eletronicamente. (Lei nº 12.440/2011);
- e) declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no anexo V deste Edital;
- f) A proponente deverá apresentar declaração expressa (conforme modelo do Anexo VI) de:

- 1. Que se submete a todas as condições especificadas no Edital desta licitação.
- 2. Não haver sido declarada inidônea junto a qualquer Órgão da Administração Pública e de que está ciente do dispositivo constitucional referente ao trabalho de menores.

3. Que a documentação está regular e de não existirem fatos supervenientes impeditivos da habilitação.

- g) Declaração da licitante de que conhece as condições locais para a execução dos serviços (Anexo IX) **ou** declaração da licitante de que, através de representante devidamente credenciado, vistoriou o edifício sede deste Tribunal (Anexo VIII);

7.2. Para as empresas cadastradas no SICAF, serão emitidas, no momento da abertura dos envelopes de documentação, por meio de consulta "on line", declarações extraídas daquele sistema que substituirão os documentos relacionados nas alíneas "a" a "c" do item 7.1. Essas declarações somente serão válidas para esta licitação desde que as informações relativas aos respectivos documentos estejam disponíveis naquele sistema e que os mesmos estejam dentro dos prazos de validade, sendo impressas e juntadas aos autos; havendo irregularidade no cadastramento, a licitante será inabilitada.

7.3. O pregoeiro efetuará ainda para efeitos de habilitação:

- a) consulta ao site www.cnj.jus.br para verificar o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa;
- b) consulta ao site www.portaltransparencia.gov.br para verificar o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Geral da União.

7.4 A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente.
- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz.

7.5. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "Documentos de Habilitação", ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, será inabilitada, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02, não se admitindo complementação posterior à sessão.

7.5.1. Os documentos exigidos, obtidos através de sítios(sites), terão sua validade verificada, via internet, no momento da fase de habilitação, ficando estabelecido que havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda.

7.5.2. Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

7.6. Caso exista algum fato que impeça a participação de alguma licitante, ou a mesma tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública ou se estiver suspensa de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, esta será desclassificada do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7.7. Caso a licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz, filial) deverá apresentar, desde logo, os documentos de regularidade fiscal em nome desses estabelecimentos, além dos demais documentos exigidos neste Capítulo para sua habilitação.

7.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.9. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte vencedora do certame, o pregoeiro suspenderá a sessão e concederá o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Pregoeiro(a), para a regularização das certidões.

7.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.11. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta/documentação.

7.11.1 Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

7.11.2 Os envelopes contendo a documentação ficarão em posse do Pregoeiro de modo a garantir a execução contratual.

7.12. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro e as licitantes presentes.

7.13. Se não houver tempo suficiente para a abertura e julgamento dos envelopes "Proposta de preços" e "Documentos de habilitação" em uma única sessão, ou, ainda, se surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a sessão será suspensa, tendo continuidade em nova sessão, para a qual serão intimadas as licitantes.

VIII – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

8.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

8.1.1. A apresentação de impugnação ao presente Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 12 do Decreto n.º 3.555/2000, devendo ser entregue diretamente ao pregoeiro.

8.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

8.3. Dos atos do pregoeiro neste processo licitatório cabe recurso, sendo a manifestação da intenção de interpô-lo expressa no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

8.4. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

8.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6. Se não reconsiderar sua decisão o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração do Diretor-Geral, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

8.7. Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão dar entrada no Serviço de Protocolo desta Corte, observado o prazo legal.

8.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Licitações – SELIC deste Regional.

IX – DA ADJUDICAÇÃO

9.1. A adjudicação, em favor da licitante vencedora, será feita pelo pregoeiro no final da sessão e registrada em ata, caso não haja a manifestação do interesse de interpor recurso.

9.2. Ocorrendo recurso, após proferida a decisão e feita a comunicação ao interessado, o procedimento licitatório será submetido ao Diretor-Geral deste Tribunal para os procedimentos de adjudicação e homologação.

X – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento da taxa mensal de utilização deverá ser efetuado por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), sendo a Unidade Favorecida a UG: 070027 (TRE/TO) e o Código de Recolhimento: **18822-0 (STN OUTRAS RECEITAS)**, até o último dia de cada mês, obrigando-se a concessionária, no mesmo prazo, a apresentar à Fiscalização o comprovante de recolhimento.

XI – DAS PENALIDADES

11.1. A licitante que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, cometer fraude fiscal, não mantiver a proposta ou comportar-se de modo inidôneo será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

11.1.1. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

11.2. O atraso injustificado na execução do contrato, inexecução total ou parcial, sujeitará o contratado às penalidades descritas no Anexo VII (minuta do Contrato).

11.3. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido no item 12.3 desse edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a multa compensatória no percentual de até 10 % (dez por cento) calculada sobre o valor anual da proposta apresentada pela empresa no certame.

11.4. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes ou não existam, a diferença ou o valor integral será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

11.5. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

XII – DO CONTRATO

12.1. Será firmado Contrato com a licitante vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n.º 8.666/93.

12.2. Integrarão o Contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste PREGÃO, independentemente de transcrição.

12.3. O TRE-TO convocará a vencedora para **assinar eletronicamente o Contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e nas estipuladas neste edital.

12.4. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o Contrato e apresentar justificativa, por escrito, não aceita pelo Secretário de Administração e Orçamento, a Sessão Pública para o Recebimento das Propostas será retomada e os demais licitantes chamados a fazê-lo, na ordem de classificação.

12.4.1. Nesse caso, sujeita-se a licitante vencedora às penalidades aludidas no capítulo XI deste Edital.

12.5. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do Contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no capítulo XI deste Edital.

12.6. A execução do contrato será fiscalizada por servidor da Seção de Serviços Gerais (SESEG).

12.7. A vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir de 04/09/14, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93, condicionada a sua eficácia à publicação no Diário Oficial da União.

12.8. O Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.666/93.

XIII - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-TO E DA LICITANTE VENCEDORA

13.1. As obrigações do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins e da licitante vencedora encontram-se especificadas no Termo de Referência (ANEXO I) e no Contrato (ANEXO VII).

XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

14.2. Não será admitida a subcontratação pela licitante vencedora na execução do objeto deste Edital.

14.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

14.4. O Pregoeiro poderá, no interesse do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, releva omissoes puramente formais nas propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

14.5. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, nos casos de força maior, devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa a licitante vencedora.

14.6. São partes integrantes deste Edital:

Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA
Anexo II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
Anexo III - MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Anexo IV - MODELO DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
Anexo V - MODELO DECLARAÇÃO – ART. 7º, CONSTITUIÇÃO FEDERAL
Anexo VI - MODELO DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO
Anexo VII - MINUTA DO TERMO DE CONCESSÃO
Anexo VIII – DECLARAÇÃO DE VISTORIA
Anexo IX - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS ESPECIFICAÇÕES REQUERIDAS NO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA

14.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da contratação, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para tal, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos subitens 6.3.7 e 6.3.8;

14.9. Ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da citada lei.

14.10. Ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.

14.11. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes desta licitação, serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral do Tocantins ou encaminhadas via fax ou e-mail, para o número ou endereço eletrônico indicados pela licitante na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio do fax ou mensagem eletrônica.

14.12. O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que possam surgir em decorrência da interpretação deste Edital, desde que argüidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o início da Sessão de julgamento, no endereço: Av. Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 01/02, Seção de Licitações, nesta Capital, ou pelos telefones (63) 3233-9776, (63) 3233-9775 (fax), no horário das 12:00 às 19:00 horas, ou ainda pelo endereço eletrônico cpl@tre-to.jus.br.

14.13. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo pregoeiro, de acordo com o que reza a Lei 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações.

14.14. É competente o foro do Juízo Federal da Seção Judiciária do Tocantins, Seccional Palmas, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Palmas - TO, 16 de setembro de 2014.

José de Oliveira Castro Junior
Pregoeiro do TRE-TO